

“A loira dos assaltos”: discursos sobre mulheres militantes no jornal *Correio do Povo* (1968-1975)

“The blonde of robberies”: discourses about militant women in the newspaper *Correio do Povo* (1968 -1975)

Luísa Dornelles Briggmann¹

luisa.briggmann@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5882-4315>

Cristina Scheibe Wolff²

cristiwofff@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7315-1112>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar os discursos produzidos e difundidos acerca das mulheres que atuaram em grupos clandestinos de esquerda, que se opunham à ditadura brasileira, no jornal gaúcho *Correio do Povo*, entre os anos de 1968 e 1975. A partir do levantamento e da análise da discursividade das fontes, percebe-se a utilização, por parte do *Correio do Povo*, de termos como “subversivas” e “terroristas” para tratar destas militantes. Dentre estas, destaca-se a presença da “loira dos assaltos”, estampada nas páginas do jornal, sempre rodeada de sentidos e significados. Sob um olhar dos estudos de gênero, pretende-se construir as mulheres militantes como sujeitos históricos, incluídas nos jogos do poder e da resistência à ditadura, assim como apontar a relevância destas militantes para a construção da história do Brasil.

Palavras-chave: mulheres militantes, gênero, imprensa, *Correio do Povo*, ditadura.

Abstract: This article aims to analyze the discourses that were produced and disseminated about the women who acted in clandestine left-wing groups that opposed the Brazilian dictatorship in the newspaper *Correio do Povo* between the years of 1968 and 1975. Based on the research and the analysis of the discursivity of the sources, the use of the terms “subversive” and “terrorist” to treat these militants is perceived in the newspaper. Among the discourses, the presence of “the blonde of robberies” stands out at in the newspaper’s pages, always surrounded by senses and meanings. From the point of view of gender studies, the article intends to construe the militant women as historical subjects, included in the game of power, as well as to point out their relevance to the construction of Brazil’s history.

Keywords: militant women, gender, press, *Correio do Povo*, dictatorship.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-970.

² Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Trindade, Florianópolis - SC, 88040-970.

*ASSALTO AO ESTILO "BONNIE AND CLYDE"
EM BANCO PAULISTA*

São Paulo, 1º (CP) – Ao melhor estilo "Bonnie and Clyde", um novo assalto – o segundo do dia – foi praticado hoje à tarde, desta vez contra o Banco Mercantil, agência de Itaim, onde seis assaltantes com luvas e armados de metralhadoras, entre eles uma loira alta, bonita de máxi-saia, levaram aproximadamente NCr\$ 47 MIL [...] (Correio do Povo, 1968).

As ações dos grupos armados urbanos que resistiram à ditadura militar brasileira estamparam as páginas do jornal gaúcho *Correio do Povo* durante os anos sessenta e setenta. E, como na reportagem citada acima, suas narrativas muitas vezes se assemelhavam a verdadeiros roteiros de Hollywood. "Terroristas" e "subversivos" que traziam pânico e violência à população, e que, ao mesmo tempo, eram descritas como ousadas e astuciosas. Descrições performáticas que, nas "linhas" e "entrelinhas" do discurso, demonstram práticas concretas e relações históricas. Neste artigo, procuraremos analisar os discursos difundidos pelo periódico acerca das mulheres militantes de esquerda, evidenciando a construção pelo mesmo do ser mulher militante, que, como veremos, se desvincula dos papéis esperados e valorizados pelo jornal.

Foucault (1996) apresenta o discurso como uma ação que, para além de significar algo, sempre em função de relações de saber e poder, atua na sociedade, constituindo sujeitos, criando novas práticas e instituições. Assim, entendemos que os discursos produzidos pelo periódico analisado possuem uma intencionalidade, visando construir uma imagem sobre os grupos da esquerda armada que se opunham ao regime militar brasileiro, sobre seus "assaltantes com luvas e armados de metralhadoras", e aqui, mais especificamente, sobre as mulheres que integravam esses grupos e, dentre elas, a muito citada "assaltante loura".

Esta "loura dos assaltos" estava rodeada de estereótipos³ que evocavam sensualidade e beleza, sempre fazendo referência também à moralidade. É importante perceber que os discursos jornalísticos incidiam diretamente sobre a sociedade da época, construindo e sendo construídos por seus enunciados, imagens e textos. O que veremos é que, ao trazer a presença dessas mulheres nas ações dos grupos militantes, o *Correio do Povo* frequentemente privilegia características físicas, as adjetiva, e isto também é permeado por significados.

Ser mulher militante na luta contra a ditadura

Essas militantes se opuseram ao regime ditatorial vivido naquele momento no Brasil e transgrediram costumes ao lutarem por seus ideais, mas também ao romperem com padrões sociais destinados a elas: saíram do domínio privado para ocupar o espaço público e político. Marcelo Ridenti (1993) afirma que, do total de 4.124 processados das esquerdas brasileiras na época, 660 eram mulheres, ou seja, 16%. Esse número aumenta se levarmos em conta as organizações armadas urbanas: 18,3%. Na maioria dessas organizações, o percentual de mulheres que foram denunciadas ficou entre 15% e 20%. Essas militantes participavam da luta armada seja na linha de frente – assaltos a bancos, expropriação de carros, sequestros de aviões, etc. – ou na retaguarda, ajudando na logística das ações.

Como ressalta o autor (1993), esses números até podem parecer pequenos, mas é preciso levar em conta que, na época, a participação política das mulheres era ainda menos reconhecida do que é hoje. Ridenti observa que

[...] a média de 18% de mulheres nos grupos armados reflete um progresso na liberação feminina no final da década de 60, quando muitas mulheres tomavam parte nas lutas políticas, para questionar a ordem estabelecida em todos os níveis, ainda que, então, suas reivindicações não tivessem explicitamente um caráter 'feminista' propriamente dito, que ganharia corpo só nos anos 70 e 80, em outra conjuntura. Não obstante, a participação feminina nas esquerdas armadas era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino (Ridenti, 1990, p. 114).

Além disso, é preciso pensar que estes números provêm apenas de pessoas processadas, o que, como aventa Cristina S. Wolff (2007), exclui todas as presas e até mortas de maneira totalmente à margem dos processos legais, além do fato de que muitas mulheres que atuavam no apoio aos grupos armados não tenham chegado a ser processadas. Assim, esses números não são definitivos, mas podem nos ajudar a mapear a presença de mulheres nas organizações. Muitas das militantes denunciadas por participarem de organizações de esquerda, conforme afirma Marcelo Ridenti (1990), compunham-se de estudantes, sendo uma média de 32,2%.

³ A noção de estereótipo está fundada na estratégia discursiva daquilo que "já foi dito, do pré-construído ou mobilizado como uma evidência anteriormente estabelecida" (Ly-sardo-Dias, 2006, p. 27). Aqui, entendemos estereótipos ligados ao gênero como os modelos que permitem que uma pessoa seja identificada como mulher ou homem, devido às suas características físicas e comportamentais corresponderem a padrões aprovados socialmente como indicados e apropriados para cada um dos sexos, numa determinada época e sociedade.

Isto também é trazido pelo *Correio do Povo*, que afirma que os “terroristas”, em sua maioria, são estudantes, como aparece na reportagem do dia 12 de novembro de 1971. A notícia apresenta uma Pesquisa Militar, que procura características e lugares sociais desses estudantes:

Dessa análise, as autoridades concluíram que 56% dos implicados eram estudantes ou pessoas que há pouco tempo tinham deixado a área estudantil. Vinte por cento dos presos eram mulheres, em sua maioria moças e enquanto no Rio o total subia para 26%, no Nordeste não ultrapassava 14% e no Sul seu número chegava a apenas 2% (Correio do Povo, 1971g).

É interessante como isso parece denotar, no discurso do jornal, que o “Sul” era um lugar em que as “moças” eram mais comportadas do que em outras partes do país, especialmente o Rio de Janeiro, que se destacava de sua própria região Sudeste, a qual não é mencionada.

As décadas de 1960 e 1970 foram mesmo um momento de expansão das universidades e, especialmente, de abertura dos estudos universitários às mulheres (Wolff, 2010). Na época, cursos como Ciências Sociais, História, Filosofia, Letras e Psicologia eram aceitos como viáveis para as mulheres e, pelo cunho político de sua discussão disciplinar, eram muitas vezes focos de recrutamento para o movimento estudantil.

E foi através da militância no movimento estudantil que muitas jovens entraram em contato com organizações de esquerda, e algumas delas acabaram por optar pela luta armada (Ridenti, 1990). Para essas mulheres, a luta armada era a melhor ou a única saída para enfrentar um governo que reprimia os movimentos sociais e fazia uso da violência contra quem ousasse expor suas insatisfações, principalmente após as intensas mobilizações de 1968, como o congresso da UNE em Ibiúna, a passeata dos Cem mil, e o aumento da violência por parte do regime com a publicação, em dezembro deste mesmo ano, do Ato Institucional N. 5.

Uma reportagem de janeiro de 1969 apresenta a posição do *Correio do Povo* perante a implantação do Ato, com a manchete em letras garrafais “Roubo de explosivos comprova acerto da edição do AI N. 5”. Nela há o anúncio de um roubo de explosivos da Indústria Rochester, em Mogi das Cruzes, São Paulo, onde aproximadamente 40 pessoas, além de levarem os explosivos, deixaram panfletos assinados por Carlos Marighela⁴. E afirma que “tais fatos vêm comprovar a existência de grupos subversivos altamente treinados na ação de guerrilhas, o que demonstra, uma vez mais, o acerto da edição do Ato Institucional nº 5” (Correio do Povo, 1969g).

Há, portanto, uma evidente aprovação, por parte do jornal, de atitudes vindas do governo, como o AI-5, onde é ressaltada a importância destas para a manutenção “da ordem”.

Com o AI-5 e a intensificação da violência por parte do governo, muitas militantes passaram a participar de organizações armadas. Ignez Maria Serpa Ramminger foi uma delas. Também conhecida como “Martinha”, Ignez militou pelo Partido Operário Comunista (POC) e, posteriormente, passou a integrar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Ela relata que foi um dos episódios de violência por parte da polícia que a levou a optar pela luta armada:

No segundo semestre de 1969, houve uma das últimas passeatas promovidas pelo ME [Movimento Estudantil] [...] Esta passeata teve como principal palavra de ordem o refrão: “É pacífica, é pacífica!” [...] Como de costume, à época, fomos encurralados no Largo [da Prefeitura de Porto Alegre] e barbaramente espancados pelos brigadianos⁵ [...]. Não sabíamos de onde vinham os tiros, apenas sentíamos as balas cruzando sobre as nossas cabeças [...]. Este incidente, para mim, foi a gota d’água e levou-me a optar pela luta armada contra a ditadura (Ramminger, 2010, p. 139-140).

Mulheres militantes nas páginas do *Correio do Povo*

A opção pela luta armada, nos últimos anos da década de sessenta, fica também bastante evidente nas páginas do jornal gaúcho. O número de reportagens que apontam participação de mulheres em ações armadas, por exemplo, aumenta significativamente, passando de uma reportagem em 1968 para 35 em 1969.

Outra questão que ajuda a significar a presença destas militantes no periódico é o fato de que as reportagens que fazem referência à presença de mulheres em grupos clandestinos de esquerda estão, em sua imensa maioria, agrupadas na página 5, intitulada “Crônica Policial”. Tânia Regina de Luca (2005) ressalta que é importante atentar para o destaque que o periódico estudado dá à notícia, assim como para o local em que esta publicação se encontra. É bastante distinta a visibilidade de uma notícia em uma reportagem de capa das que estampam as páginas internas, por exemplo. Grandes acontecimentos, como sequestros de embaixadores, ou de aviões, ganham visibilidade no periódico, aparecendo, normalmente, na sua capa e contracapa.

⁴ O jornal traz a grafia “Carlos Marighela”, apesar do nome do líder revolucionário ser “Carlos Marighella”.

⁵ Termo utilizado no estado do Rio Grande do Sul para designar policiais militares.

Entretanto, expropriações a bancos, que mais frequentemente eram realizadas pelos grupos da esquerda armada, assim como prisões e julgamentos, são relegados ao interior do jornal. Luca (2005) adverte que mesmo as páginas internas são atravessadas por hierarquias: “trata-se, por exemplo, da seção ‘política nacional’ ou da ‘policial’? (Já se mostrou como greves e assuntos sociais são sistematicamente alocados na última)” (Luca, 2005, p. 140).

É evidente, portanto, que as militantes de esquerda se encontravam longe das posições sociais valorizadas pelo periódico. Os lugares destinados a elas não estavam nos cadernos “Feminina” (que, como o nome já sugere, é a parte do jornal dedicada às mulheres), ou mesmo dentro das seções de política ou educação, localizadas frequentemente logo nas primeiras páginas do periódico gaúcho (páginas 3 e 4), após a seção sobre “assuntos do mundo” (página 1 e 2), mas sim na “Crônica Policial” (página 5), como aquelas que subvertiam a ordem social estabelecida e que, de certa forma, acabam por perder suas “feminilidades”, como entendidas pelo jornal.

É o que afirma Lidia Schneider Bristot (2017), quando ressalta que

As mulheres revolucionárias serão consideradas como algo “fora da norma” para os jornais, algo a se destacar. E nesse caso a feminilidade e a juventude serão também marcantes, principalmente nas mídias brasileiras que enfatizam a ideia de mulher jovem guerrilheira, que, além de terrorista, é considerada bonita – o famoso epíteto de “loira dos assaltos” (Bristot, 2017, p. 310).

O *Correio do Povo*, ao trazer uma ação em que há a presença de uma mulher militante, ressalta-a: “Mulher e 4 homens assaltam o Banco do Brasil em Viamão” (*Correio do Povo*, 1970f). A reportagem de setembro de 1969 afirma “mulheres também assaltam de ‘Volks’ [...] até mulheres estão assaltando na cidade, utilizando-se de automóveis para as fugas” (*Correio do Povo*, 1969e). Evidencia-se uma mistura de espanto, curiosidade e julgamento por parte do jornal por uma mulher estar dirigindo carros e inclusive portando armas e invadindo um espaço que era (e devia continuar sendo) ocupado por homens.

Ao adentrar em um espaço não destinado a elas, essas mulheres sofreram diversos julgamentos morais. Essa insistente necessidade de desmoralizar as militantes pode ser explicada através da ideia trazida por Ana Maria Colling (2004), segundo a qual, para quem ousa atravessar as barreiras que socialmente foram construídas entre os sexos, resta a desqualificação como indivíduo desviante:

“para a repressão, a mulher militante é sempre promíscua. Se não está nos partidos, espaços masculinos por excelência, à procura de homens é porque é homossexual” (Colling, 2004, s/p)⁶.

Esse discurso da repressão sobre as militantes não é, todavia, um discurso isolado; ele está presente na sociedade como um todo. A mulher que ousou adentrar no espaço político masculino não é bem-vista socialmente. O periódico gaúcho, inclusive, faz um alerta aos jovens gaúchos para não se deixarem seduzir por elas: “não te iludas com as palavras bonitas e românticas das moças bonitas da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela família [...] vivem em ‘aparelhos’ com os demais, sendo usada como mulher para os atos sexuais, usada por qualquer companheiro de organização” (*Correio do Povo*, 1971e). A sexualidade das militantes é ressaltada, dessa forma, também como uma maneira de difamá-las.

As mulheres militantes eram consideradas, portanto, desviantes do ideal de mulher e o oposto da moral e dos bons costumes que os militares e o *Correio* diziam defender. É possível verificar que nos escritos do jornal há, assim, uma busca de instrução e construção de comportamentos que eram mais aceitos e considerados adequados para as mulheres da época. O caderno “Feminina” era composto majoritariamente por assuntos relacionados à moda, à beleza e à saúde da mulher. Havia propaganda de produtos destinados às mulheres e uma intensa divulgação dos muitos concursos de beleza do País, como é o caso do “Glamour Girl”, na figura abaixo. Em alguns momentos, há o destaque para a entrada da mulher no mercado de trabalho ou como primeiras-damas; entretanto, isso se dá de maneira eventual.



Figura 1: “Feminina” era um espaço do jornal destinado às mulheres

Fonte: *Correio do Povo*, 1969f.

⁶ Mais informações sobre a desmoralização dessas militantes por parte da repressão podem ser encontradas em: Briggmann e Wolff, 2019; Fico, 2001; Joffily, 2005; Wolff, 2007.

Conforme podemos notar em diversas reportagens, para o jornal o lugar que mulheres deveriam ocupar estava ligado à beleza, restrito ao espaço privado e longe da esfera pública, como a política. É o que afirma este “Correio do Leitor”⁷, assinado por “Mãe preocupada”, que questiona as mudanças do “mundo moderno”:

Analisando a situação atual, as revoltas da mocidade, a falta de fé, a inversão dos valores morais, pensamos profundamente qual seria a causa de tantos males. [...] Não seremos nós, mães, que não soubemos preparar nossas filhas para a grande missão no casamento? As mulheres querem ter os mesmos direitos do homem. Creio que o mundo seria muito melhor se cada um ficasse no seu plano – o homem como chefe de família, a mulher como esteio do lar. [...] Nem tudo está perdido. Devemos despertar do nosso comodismo, não devemos permitir que nossas filhas sigam este modernismo desenfreado que está querendo solapar os alicerces das famílias. Ensinemos às nossas filhas o caminho da virtude, para que possam desempenhar a grande responsabilidade que lhes cabe na construção de seus futuros lares (Correio do Povo, 1969a).

Rosa Fischer (2012) afirma que a imprensa não pode ser encarada apenas como um meio veiculador de informações, mas também como produtora de discursos, saberes e formas especializadas de comunicar e produzir sujeitos. Assim, ao apresentar as militantes como subversoras da ordem, como resultados de um modernismo desenfreado, o jornal também as produzia como sujeitos. Da mesma maneira que, ao apresentar o casamento e a construção de futuros lares como a missão das mulheres virtuosas, destina esses espaços – ligados ao privado, à casa e à família – para as mulheres e retira-lhes a legitimidade de adentrar na esfera pública. A autora (1996) alerta para este fato, ao afirmar que

[...] mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual –, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim, nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si [...] ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem (Fischer, 1996, p. 109).

Ou seja, através do depoimento publicado no jornal desta “Mãe preocupada”, o jornal acaba por lhe atribuir

não somente visibilidade, mas também poder e sentido. Assim, entende-se o discurso como um acontecimento que mostra sua materialidade e age na sociedade. Pois, como afirma Foucault,

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1996, p. 9).

Nesta perspectiva, podemos pensar no jornal *Correio do Povo* e no seu poder de ação dentro da sociedade da época. Já estabelecido como um dos maiores jornais do país, o periódico, nos anos 1960 e 1970, chegava à marca de 93 mil assinaturas, sendo o jornal mais vendido no Rio Grande do Sul (Machado, 1987). Além disso, Breno Caldas, herdeiro e administrador da empresa Caldas Jr. – grupo responsável pela edição do jornal –, chegou a ser considerado, em 1969, um dos homens mais ricos do Brasil (Dillenburg, 1997, p. 15). Ao ser questionado sobre seu posicionamento frente ao golpe de 1964, ele respondeu:

[...] a revolução de 1964, de um certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – não tínhamos ligação política com ninguém – mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho (Machado, 1987, p. 78).

Essa afinidade é, inclusive, simbolizada pela entrega da medalha da “Ordem do Mérito Militar”, por seus “notáveis serviços prestados ao Exército Brasileiro”, que Breno recebeu durante a década de 1960 (Galvani, 1994). Walter Galvani afirma que “a credibilidade do *Correio* era tamanha que uma notícia tão importante só seria tomada como verdadeira se publicada no jornal. ‘Se o *Correio do Povo* deu, então é verdade’ – era o slogan que corria na cabeça das pessoas” (Galvani, 1994, p. 403). Ou seja, a “verdade” circulava no noticiário impresso diário e ia além da propaganda da empresa, assumindo este estatuto também na crença popular e no cotidiano dos gaúchos⁸.

Isso se torna importante ao observarmos que a imensa maioria das notícias que trazem as militantes de esquerda no *Correio*, entre os anos de 1968 e 1975, fazem referência a registros de prisões, trazem informações sobre o andamento de processos encaminhados pela

⁷ Para o “Correio do Leitor”, o jornal seleciona cartas de leitores para serem publicadas, sobre diversos assuntos de interesse da comunidade e da editoria.

⁸ A importância do jornal *Correio do Povo* na imprensa brasileira, sua ligação com o governo militar e a relevância da empresa Caldas Jr para a sociedade rio-grandense são mais profundamente trabalhadas em Briggmann, 2019.

Justiça Militar, desmantelamento de aparelhos, mortes e principalmente ações como assaltos a banco e sequestros de diplomatas estrangeiros. Nessas reportagens, o discurso do jornal legitimava a ditadura existente e desaprovava a resistência a ela realizada pelas “subversivas e terroristas”. O grande destaque é, sem dúvida, dado à figura da paradoxalmente perigosa e atraente “loira dos assaltos”, a “assaltante subversiva” que atraía olhares e atenção. A figura da loira pairava no entendimento popular rodeada de temor, sedução e atrevimento.

“A loura dos assaltos”: prática discursiva, feminilidade e o uso do gênero

Muitas eram as loiras famosas da época que ajudavam a formar este estereótipo de feminilidade, de juventude, de uma “loira fatal”: Marilyn Monroe, Grace Kelly, Brigitte Bardot, Vanusa, Tônia Carrero, Hebe Camargo, Wanderléia, entre outras. As “louras” do cinema de Hollywood, a partir da década de 1950 – juntamente com outros discursos, veiculados por outras instituições – ensinaram, através das cenas dos filmes com seus espaços, ritmos e personagens, modos de ser e viver a feminilidade, formando um elemento importante na produção de subjetividades (Friederichs, 2015).

Uma das grandes figuras do cinema hollywoodiano desta época foi Marilyn Monroe, considerada um dos maiores símbolos sexuais do século XX. Marilyn ficou mundialmente famosa em filmes como “Os homens preferem as loiras”, “Sempre jovem”, “Adorável pecadora”, entre outros, onde seus cabelos loiros e suas formas voluptuosas eternizaram a imagem da mulher loira, jovem, feminina e sensual, que representava um rompimento e indicava a erotização corporal em curso (Sant’anna, 2014).

Em uma propaganda da Enciclopédia Semanal História do Século 20, Marilyn estampa quase metade de uma página do *Correio do Povo*. Na foto, ela está deitada, seminua e extremamente sedutora, mas nada se escreve sobre ela, e a atriz nem sequer é nomeada, como podemos observar na Figura 2.

Edgar Morin (1989) afirma que modelos estabelecidos nas telas do cinema fornecem na (e pela) cultura as imagens e, consequentemente, as normas que servem de inspiração, para os outros sujeitos, os sujeitos “comuns”. O mesmo é ressaltado por Catherine Jazdzewski, que recorda que “as grandes massas recorrem às atrizes: a imprensa de beleza era então inteiramente influenciada pelo cinema, em particular por Hollywood” (Jazdzewski, 2000, p. 308).

No Brasil, essas celebridades ilustravam jornais e revistas femininas e serviam de “modelo” de identificação



Figura 2: Propaganda Século 20, *Correio do Povo*, com Marilyn Monroe

Fonte: *Correio do Povo*, 1974.

com vistas a moldar a beleza e o encantamento das mulheres: “Os/as especialistas e conselheiros/as dessas revistas, ou seja, seus *experts*, impõem às mulheres um discurso que revela os segredos de uma beleza que pode ser aprendida, aperfeiçoada, educada” (Dornelles, 2002, p. 65). A mídia, portanto, também participava ativamente dos modelos de embelezamento impostos às mulheres brasileiras.

É nessa perspectiva que a figura de Marilyn e de outras “louras” da época construíram um discurso de *sex appeal*, beleza e mistério ligado à mulher loira. Para Foucault, ao exercermos uma “prática discursiva”, estamos falando segundo determinadas regras, expondo as relações que se dão dentro de um discurso. As práticas discursivas atuam como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1997, p. 136). O discurso sobre a mulher loira vem sendo

construído, reforçado e exercido neste período, oriundo de diversas práticas e lugares, que acabavam por potencializar um determinado discurso de feminilidade⁹.

É possível observar, dessa forma, que a imposição de um padrão de beleza e feminilidade específico permeia e é permeada por relações de poder e por redes discursivas, que operam muito concretamente na produção de sujeitos e de modos de existência femininos. Assim, ao normatizar o olhar sobre tais mulheres, esses discursos acabam por regular o que deveria ser a mulher ideal. Acreditamos, então, que entender e pensar a feminilidade como efeito de discursos, produzidos e difundidos, é percebê-la como inventada, como performática. Assim, indo ao encontro das ideias de Butler (2015), é possível pensar nesta feminilidade como uma sequência, treinada e repetida inúmeras vezes, de atos, gestos e signos que dão forma aos sujeitos e seus corpos. Uma feminilidade performativa que produz significados.

Se analisarmos a atuação de Marilyn em “Os homens preferem as loiras” (filme cujo nome também é eternizado como um bordão, utilizado até hoje para afirmar um maior desejo pelas mulheres brancas de cabelos claros), percebemos gestos premeditados, ritmados e sensuais. Há um nítido esforço para ressaltar todos os atributos de beleza da atriz e uni-los a uma personagem bela e boa, por vezes ingênua, mas maliciosa.

É para o que atenta Ana Mery Sehbe De Carli:

Lorelei [Marilyn] é tipo gata melosa, faz biquinho com os lábios para falar, pisca, fala baixo e pausado; sua boca é úmida, os cabelos são loiros e sedosos, o olhar é velado graças aos cílios postiços, é excessivamente feminina. Este visual, completado pelo sinal acima do lábio, foi copiado por muitas mulheres mundo afora. [...] A combinação de ar inocente com sensualidade tornou-se a paixão de muitos homens, que assumiram no seu imaginário a combinação como ideal (Carli, s/d, p. 5-6).

É envolta por todas estas condições de possibilidade e práticas discursivas que se apresenta a “loura dos assaltos”. Essa loira que se utilizou da atenção que atrai da sociedade com sua feminilidade performática, repleta de sensualidade, beleza e erotismo. Essa loira que era bela, mas também era paradoxalmente nefasta, desviante e temida. A militante “loura” é fatal porque seduz, mas também porque é perigosa.

“A loira” surpreendeu e intrigou a mídia da época, assim como os militares que, inicialmente, acreditavam

ser uma mesma loira a cometer diversas ações armadas. Muitas foram, entretanto, essas “terroristas loiras”, sendo Renata Guerra de Andrade apontada por Luiz Maklouf Carvalho como “a primeira loira dos assaltos” (Carvalho, 1998, p. 37). Entretanto, mesmo este posto de “a primeira loira” parece ser reivindicado. Diversas são as mulheres que foram apontadas como a primeira militante a aparecer utilizando peruca loira nas ações armadas. Entre elas estão Tania Fayal e Maria Aparecida Costa, por exemplo (Ribeiro, 2011).

E, depois delas, muitas outras loiras vieram: Ana Maria Nocinovic, Maria do Carmo Brito, Vera Silvia Magalhães, entre outras. Vera ficou conhecida como “a loira noventa”, por carregar um 45 em cada mão. Ela, entretanto, afirma ser mentira: “eu tinha mal um 38 que emperrava toda hora” (Magalhães, 2004), mas ressalta seus feitos: “a ‘loira dos assaltos’, com seu indispensável 38, expropriou tudo a que se dava direito: Supermercado Disco, carro-forte, banco, carros” (Carvalho, 1998, p. 172).

Tânia Fayal, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), ressalta que a presença nos assaltos da “loira” “era só um artifício: “Loira era vista mais como estrangeira num Brasil predominantemente moreno. As militantes que tenho na memória eram morenas. Não havia à época os apliques que se faz hoje no cabelo. Compramos então perucas” (Quadros, 2013). O fato era que muitas militantes faziam uso de perucas loiras, pela maior facilidade de serem adquiridas, o que acabou por confundir a sociedade da época. A “moda das perucas” era realmente significativa na década de 1960, sendo uma maneira de mudar a aparência rapidamente (Chahine et al., 2000).

Em 1971, o periódico gaúcho, entretanto, já ressaltava a “não originalidade” da loira, quando ela se faz perceptível, como na reportagem de 6 de março:

Três homens, armados de revólver, dominaram o funcionário [...] obrigando-o a ficar de frente para a parede [...]. Apesar disso, o funcionário conseguiu ver e notou que os homens não se vestiam muito bem e que um deles possuía bigode. Na opinião de testemunhas, a idade variava entre 20 e 30 anos e a loira não era natural, mas oxigenada. A ação durou cerca de 10 minutos (Correio do Povo, 1971d).

Há nesta reportagem, portanto, um certo desencanto com o fato desta loira não ser original, mas oxigenada. Bourdieu (2019) aponta que a dominação masculina constrói as mulheres como objetos simbólicos. Elas existem, antes de mais nada, pelo e para o olhar dos outros, como

⁹ No contexto brasileiro, essa imagem da mulher loira também é atravessada pela questão racial, destacando a branquitude como ideal de mulher. No caso das “terroristas” e subversivas, os cabelos loiros, falsos ou verdadeiros, acentuam seu caráter alienígena, estrangeiro, como se costumava também atribuir ao comunismo (Motta, 2002).

objetos receptivos, disponíveis e atraentes. O autor afirma que é esperado das mulheres que sejam “naturais”, o que seria a “essência feminina”: simpáticas, recatadas, contidas, apagadas, jovens e bonitas. É o que afirma Joana Novaes: “este é um dos pontos mais enfatizados no discurso sobre a mulher: ela pode ser bonita, deve ser bonita, do contrário não será totalmente mulher” (Novaes, 2006, p. 85).

Essa exigência de juventude e beleza está presente em diversas manchetes do jornal que, em algumas reportagens, junto à presença da loira trazem adjetivos como “muito bonita”, “bastante atraente”. Supostos elogios que, no fundo, acabam por mascarar preconceitos de gênero. É o que recorda Herbert Daniel, que militou na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e na VAR-Palmares: “Não é preciso ir muito longe para descobrir num dos mitos que a imprensa iria inventar sobre os guerrilheiros: a extraordinária carga erótica. A loura era um tesão e tesava [...] um fenômeno inquietante: uma mulher guerrilheira” (Daniel, 1982, p. 38).

Uma reportagem de 1º de agosto de 1969, intitulada “Uma loura e cinco homens assaltam banco paulista”, aponta para o quesito atrativo da militante:

Cinco homens e uma mulher, descrita por uma testemunha como “loura muito atraente”, assaltaram às 9h30min de hoje, a agência do Banco Brasileiro de Descontos, na Vila Anastácio, distante uns 100 metros das estradas Aranguera e Castelo Branco e a 500 metros de uma unidade do Exército [...] (Correio do Povo, 1969j).

Aqui é possível capturar discursividades ainda tão atuais acerca da importância da beleza na mulher. E, desta forma, torna-se necessário que pensemos que, conforme afirma Capelato (1988), na feitura das manchetes os vocábulos são escolhidos cuidadosamente para deles se extrair o máximo de efeito, pois eles são uma arma de persuasão muito eficaz. Ao escolher discorrer sobre os corpos e a beleza destas militantes, os jornais, de certa maneira, as invadem e sexualizam, com vistas a instigar a curiosidade do público.

Outra reportagem, de novembro de 1970, relata um assalto no depósito da “Coca-Cola”, no Rio de Janeiro, e também faz apontamentos acerca da aparência das mulheres:

Quatro homens e duas mulheres assaltaram, na tarde de ontem, o depósito Sul da “Coca-Cola” [...] Eram 16 horas, quando dois carros “Volkswagen” entraram pelo portão do depósito, como se fossem de compradores

de refrigerantes. Do primeiro, saltaram três pessoas, inclusive uma linda loura, vestindo calças compridas e armada com uma metralhadora [...] (Correio do Povo, 1970c).

Em outra reportagem do mesmo mês, também na cidade do Rio de Janeiro, o jornal igualmente faz apontamentos acerca da aparência das mulheres:

os assaltantes, em número de doze, incluindo três mulheres bonitas, uma loura e duas morenas, fugiram em três veículos, levando a importância de 55 mil cruzeiros recolhidos nas caixas e no cofre. [...] Pouco antes das 11h30min, os sete assaltantes, inclusive a mulher loura, de eslaque vermelho, entraram na agência bancária e prenderam os 18 funcionários e os sete clientes [...] Afrente do banco transformou-se logo numa “praça de guerra” [...] os assaltantes que estavam no interior do banco saíram à rua tendo à frente a mulher loura, a qual portava uma metralhadora (Correio do Povo, 1970b).

É possível observar, assim, que a imagem da beleza se faz presente para descrever as militantes em ações armadas, onde a presença de uma mulher portando armas é ainda mais espetacularizada. Entretanto, ela também aparece no *Correio* ao dissertar sobre mulheres apontadas como “subversivas” ao serem presas ou procuradas. É o caso de Kátia Prado Valadares, apontada como “Ex-miss universitária envolvida na fuga de presos políticos na Guanabara”. Ela aparece descrita no jornal como “Katia Prado Valadeares, 1,75 de altura, 62 quilos, medidas muito bem proporcionadas” (Correio do Povo, 1969b). Uma descrição que se assemelhava à dos concursos de beleza.

James Laver (2008) afirma que a beleza se tornou um assunto muito importante assim que cessou a escassez de cosméticos após a Segunda Guerra Mundial. Entretanto, essa beleza é sempre atribuída, observada e exigida para as mulheres, e os homens parecem não precisar dela. Comentários sobre a beleza de grandes homens revolucionários, por exemplo, não eram frequentes. Não vemos ressalvas sobre a beleza de Carlos Lamarca, como vemos de Iara Iavelberg, que foi militante da POLOP e depois do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e companheira de Lamarca. Iara tem até hoje suas características físicas constantemente ressaltadas, sendo descrita como “alta, bonita de olhos claros e corpo bem cuidado [...] musa da intelectualidade estudantil paulista de esquerda ao meio da década de 1960 [...], destemida e vaidosa” (Wikipedia, 2020). A jovem e bonita amante de Lamarca.



Figura 3: Iara Iavelberg no *Correio do Povo*: “a amante de Lamarca”
Fonte: *Correio do Povo*, 1971c.

Como na foto acima, em todas as outras reportagens do mês de setembro de 1971¹⁰ publicadas no periódico, que fazem referência a Iara em virtude de sua morte e da morte de Lamarca, seu nome vem acompanhado do adjetivo “amante”. A reportagem em que esta foto foi publicada tratava sobre o sepultamento de Carlos Lamarca, e em nenhum outro momento fez referência a Iara; há somente a publicação da foto acima, com a legenda “Iara Iavelberg, a amante de Lamarca”. É possível perceber, portanto, uma intencionalidade por parte do jornal no destaque dado a Iara apenas como “amante” do comandante. Essa era uma forma de posicioná-la como uma mulher promíscua, que era amante de um homem, destacando o fato de que não eram casados. Como vimos

anteriormente, essa era mais uma maneira de difamar as mulheres militantes.

A diferenciação de tratamento para militantes homens e mulheres é perceptível também em outras reportagens do *Correio*. Em uma publicação de novembro de 1969, os homens são referenciados como “jovem, moreno, de calça escura e camisa branca, de um metro e sessenta de altura...” (*Correio do Povo*, 1969i) e “o que parecia ser chefe, tinha cabelos crespos, era baixo e gordo, com tipo de nortista e, como os demais, usava óculos escuros” (*Correio do Povo*, 1969i), enquanto a mulher “era magra, bonita, de estatura mediana, cabelos castanhos e vestia saia azul e blusa clara” (*Correio do Povo*, 1969i). Aqui parece que ser bonita ou não é mesmo algo que só é relevante para as mulheres.

Vanderlei Machado (2006) atenta para o fato de que ao longo do século XX se reforça a ideia de uma beleza, atributo este exclusivamente feminino, ligada à saúde. “Ser bela” era algo esperado das mulheres. Um homem saudável significava um homem forte, viril, enquanto uma mulher saudável era uma mulher bonita. A imagem da mulher feia servia como um “contraexemplo”. A beleza era esperada para as mulheres e, quando ela não estava presente, o jornal também fazia questão de ressaltar isso. É o caso de outra reportagem de novembro de 1969: “Tinham um revólver Colt, calibre 45, várias pistolas calibre 38 e a mulher – não muito bonita – tinha na mão um volume que disse que era uma bomba” (*Correio do Povo*, 1969h).

Salta aos olhos também a descrição recorrente das roupas utilizadas pelas militantes, cujas vestimentas são descritas de modo muito mais detalhado do que as dos homens, principalmente se esta mulher for a “loura dos assaltos”. No balanço da saia “da loura” estampava-se sua ousadia. A primeira reportagem em que aparecia a “loura”, presente no periódico de 2 de agosto de 1968, a mulher que realizou o “assalto ao estilo Bonnie and Clyde” (*Correio do Povo*, 1968), além de “loira, alta, bonita” (*Correio do Povo*, 1968), ainda aparentava conhecer as tendências da moda pois usava “maxi-saias” (*Correio do Povo*, 1968), vistas como sofisticadas na época. Era uma forma de passar despercebida e poder surpreender a todos realizando a expropriação do banco.

Ana Rita Fonteles Duarte (2009) afirma que a utilização de “jogos ou performances de gênero”, em situações de conflito ao longo da história, é elemento significativo para pensar a ação política das mulheres e compreender as apropriações de identidades de gênero, atribuídas automaticamente a elas. A apropriação por parte destas militantes da figura da loira, bonita, sensual,

¹⁰ São elas: *Correio do Povo*, 1971f; *Correio do Povo*, 1971c; *Correio do Povo*, 1971b.

que se veste conforme a moda da época, funcionava como uma estratégia para desviar a atenção da ação e dos outros colegas de organização. Os olhos fixavam-se na loira, que, disfarçada, podia exercer sua atuação política.

Ela estava jogando com o gênero, utilizando-se dele como uma máscara, que fazia parte do jogo de cena. As militantes realizam as ações, empregando, como instrumento, o “feminino padrão”: “Como atrizes, as mulheres instrumentalizam o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentam situação de vulnerabilidade maior diante da repressão” (Duarte, 2009, p. 23). Estas militantes jogavam com sua beleza, juventude, peruca, sensualidade e com a moda, o que acabava por ser o destaque nas páginas do *Correio do Povo*.

As militantes perceberam também que “a queridinha” da moda entre as jovens era mesmo “a minissaia”, que vinha sendo sucesso desde a década de 50, e dela não deixaram de fazer uso. No Brasil, as minissaias ganham destaque, aparecendo na televisão, no cinema, nas revistas e jornais, nas ruas e até mesmo nas delegacias. As minissaias eram responsáveis por despertar paixão e censura onde circulassem.

Duas notícias divulgadas em 2 e 4 de julho de 1971 apresentam o caso de um delegado de Ipirá, cidade próxima a Salvador, que era “decididamente contra o avanço da moda” (*Correio do Povo*, 1970a) e aplicou “24 ‘bolos’ de palmatória em uma moça que ‘usava uma mini-saia na fonte da cidade’” (*Correio do Povo*, 1970d), e declarou ainda que “não permitiria a nenhuma mulher usar roupas ‘que deixassem as pernas do lado de fora’” (*Correio do Povo*, 1970d), pois “quem usa roupas de deixar as pernas de fora é mulher de vida fácil” (*Correio do Povo*, 1970a).

Podemos notar, assim, o furor que a minissaia causou na sociedade. A moda da década de 1960 era polêmica e, muitas vezes, vista como indecente. O vestuário utilizado por essas militantes nas ações, portanto, também era ousado e transgressor. Essas mulheres romperam com a ordem vigente no que se referia inclusive a suas roupas e atitudes.

Ignez Rammingier, a Martinha, também estampou a página do jornal gaúcho, ao realizar a expropriação do Banco do Brasil, na cidade de Viamão, usando minissaia. Ela é, então, descrita como “uma mulher loura, cabelos compridos e de ‘mini-saia’” (*Correio do Povo*, 1970f), e mais: “todos portavam armas, sendo que o prêto usava

metralhadora e os outros, **incluindo-se a mulher**, pistolas de tipo ‘luger’” (*Correio do Povo*, 1970f).¹¹

Outra vestimenta utilizada pelas militantes que ganhou bastante visibilidade no *Correio do Povo* foi a calça comprida. Nas décadas de 1960 e 1970, a calça já fazia parte do “vestuário feminino”. Marlene Neves Strey (2000) afirma que nos “anos setenta, as mulheres de todas idades vestiam trajes com calças para trabalhar, ir a festas, teatros, restaurantes” (Strey, 2000, p. 153).

Entretanto, o uso desta vestimenta por mulheres ainda aparentava um certo estranhamento nas páginas do periódico, onde as calças ganham destaque. Numa reportagem de novembro de 1970, lemos: “O menino Velocindo Pinto Guimarães Filho, de 12 anos, participou involuntariamente das diligências, porque o táxi onde viajava foi requisitado pelos policiais. Ao tentar fugir, o menino quase foi alvejado pelos tiros de metralhadora, disparados por uma mulher loura, que vestia calças compridas” (*Correio do Povo*, 1970g).

Aqui cabe ressaltar que a calça ainda não era considerada um traje apropriado para mulheres em determinados espaços. Em muitos colégios, o uso de calças compridas não fazia parte do uniforme das estudantes, que só podiam usar saias abaixo do joelho (Louro, 1987). Mesmo em alguns espaços públicos, na época, a presença de mulheres que vestiam calças estava vetada, como no Senado Federal¹², ou em cartórios e prédios da Justiça. O *Correio do Povo* apresenta o caso da Justiça da Guanabara, onde as calças compridas foram proibidas para mulheres. Nesta ocasião, o desembargador que acatou a decisão teria afirmado estar “zelando pela moralidade da Justiça” (*Correio do Povo*, 1969c).

Em uma outra reportagem, de fevereiro de 1971, há o relato de um assalto à tesouraria da PUC-SP, onde a loira e seus companheiros usavam “calças de brim”:

SÃO PAULO, 15 (CP) – Um grupo de quatro homens e uma mulher loura, todos armados de revólveres, assaltou na manhã de hoje a Tesouraria da Pontifícia Universidade Católica [...]. Os assaltantes deixaram vários panfletos considerados subversivos assinados com a sigla FELINA, Frente de Libertação Nacional. [...] Os funcionários que estavam na entrada do prédio afirmaram que haviam deixado os cinco entrar, porque eles se pareciam com estudantes, usando calças de brim azul (Correio do Povo, 1971a).

¹¹ Cabe ressaltar que Ignez usava peruca, pois não era loira. E, mesmo não sendo o foco central deste trabalho, também é importante problematizar o discurso do jornal ao se referir ao militante Edmur Péricles Camargo como “o prêto”. É perceptível o estranhamento do jornal ao se deparar com um “prêto” armado com uma metralhadora, a arma mais poderosa naquele contexto. Assim como Martinha ousava transgredir lugares sociais a ela impostos, Edmur causava espanto e incômodos ao resistir à ditadura militar.

¹² A calça comprida só foi permitida para mulheres no Plenário do Senado brasileiro a partir de 1997, o que também nos permite refletir sobre o pouco espaço para mulheres na política de nosso país. Mais informações disponíveis em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/03/14/ha-20-anos-senado-liberava-uso-de-calca-comprida-para-mulheres-no-plenario>. Acesso em: 18/08/2020.

O uso das “calças de brim” está ligado, na fala dos funcionários, a roupas de estudantes, ou seja, jovens que frequentavam a universidade, o que acabou por não gerar estranhamento para funcionários, ajudando no disfarce e na realização da ação por parte dos militantes. O sucesso dos “jeans”, e sua incorporação na moda urbana, segundo Laver (2008), deu-se, desde a década de 50, através dos jovens. E o mercado publicitário percebeu o potencial econômico representado por eles. No Brasil, a população entre 15 e 24 anos somava 8,2 milhões em 1940 e 18,5 milhões em 1970; então, as propagandas se esforçavam para atraí-los (Sant’anna, 2014).

Seu uso era vendido como uma forma de romper as normas impostas por uma sociedade conservadora e como uma rejeição dos códigos estabelecidos. Era a roupa da flexibilidade, da mocidade, da liberdade, da sedução. Nas décadas seguintes, com a influência do rock, do cinema e do movimento *hippie*, o sucesso do jeans, entre homens e mulheres, aumenta ainda mais: de Elvis Presley a Jimi Hendrix, de Janis Joplin a Brigitte Bardot. É o caso da propaganda das calças Jeans USTOP¹³, que ficou popular na década de 1970, quando jovens subiam em cima de um vagão de trem, deixando o fiscal perplexo, e cantavam uma música que dizia: “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada, que você pode usar do jeito que quiser”. Usar jeans era ser jovem, era ser livre, e isto era valorizado no discurso publicitário.

Os jovens ocupavam as propagandas, as ruas e as organizações. Marcelo Ridenti (1993) aponta que, na maioria das organizações que se opunham à ditadura militar, “predominavam os jovens entre 22 e 25 anos, especialmente nos grupos armados” (Ridenti, 1993, p. 118). Lidia Schneider Bristot (2017) afirma que esta categoria pode ser pensada não “como um grupo social, com uma identidade que seja mobilizada para propor uma mudança social ou política a partir dela”, mas como “uma palavra, um discurso, que construirá identidades” (Bristot, 2017, p. 306), e ressalta ainda que esta é uma construção histórica e culturalmente datada, que cria ideias do que é ser jovem.

Muitas são as reportagens que fazem referência aos jovens subversivos que atentam contra o governo, e é entre esses que está “a loura”. Nas reportagens que fazem referência a ela, muitas vezes há o acompanhamento “jovem”, “estudante”, ou ainda “universitária”. Aqui cabe ressaltar que, apesar das diferenças existentes entre ser “jovem” e ser “estudante”, pois nem todos os jovens são estudantes e nem todo estudante é jovem, há uma significativa relação entre esses dois qualificativos (Bristot, 2017). E, no periódico analisado, eles estão estritamente ligados, muitas vezes

acompanhando um ao outro: “uma jovem estudante”, ou mesmo servindo como sinônimos.

Durante a investigação de quem seria “a loura”, há a desconfiança de uma jovem subversiva, que estampa a página 5 do jornal, em 16 de maio de 1969:

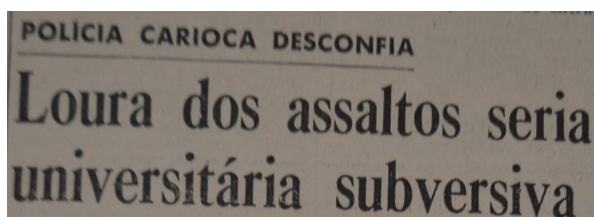


Figura 4: “Loura dos assaltos” seria universitária subversiva

Fonte: Correio do Povo, 1969d.

A reportagem afirma que

uma jovem universitária está sendo procurada pela polícia, como suspeita de ser a mulher que vem chefiando um bando de assaltantes, responsável por muitos roubos de automóveis entre os quais o carro do comandante do 1º Exército, general Sizeno Sarmiento. A universitária esteve envolvida com a polícia por ocasião das últimas manifestações estudantis na Guanabara (Correio do Povo, 1969d).

A figura da loura aparece aqui como intensamente transgressora: uma mulher que não somente ocupava o espaço público e não o lugar social apropriado para ela; que roubava carros, afrontava o comandante do Exército e participava de manifestações estudantis, mas que também era a chefe entre os ditos terroristas. A figura da “loura dos assaltos” é um exemplo bastante interessante da agência feminina e do uso do gênero em prol da militância. Renata Guerra de Andrade relembra a intencionalidade da presença da mulher loura:

A ação mais badalada foi o assalto ao Banco Mercantil do Itaim. Porque nesse eu apareci, as pessoas me viram. Foi aí que eu virei a “terrorista loura”. Foi uma coisa proposital da Organização, para mostrar que havia mulheres. O engraçado é que eu nunca fui loura. Estava disfarçada de saia preta curta, meia três-quartos de colegial, franja preta, lenço na cabeça e óculos escuros. Usava uma japona de lã – era inverno – com o 32 sempre enfiado na bolsa (Carvalho, 1998, p. 37).

¹³ Propaganda disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H-gHPGTbHCK>. Acesso em: 18/08/2020.

O estereótipo “loura fatal” no discurso que rodeava a “mulher loura” aparenta ter sido amplamente utilizado por essas militantes, como uma espécie de disfarce, nas ações armadas. Quem iria desconfiar que uma mulher, “bastante atraente”, “usando minissaia”, carregaria em sua bolsa armas para expropriar um banco? É o que afirma Vera Silvia Magalhães: “na cabeça dos homens, tanto dos meus amigos quanto dos inimigos, a mulher é inofensiva” (Ridenti, 1990, p.120)

Vera, que ficou conhecida como “a loura noventa”, fez uso desse discurso ao se disfarçar de empregada doméstica para conseguir informações sobre o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, antes do sequestro realizado em setembro de 1969, no Rio de Janeiro. O sequestro visava libertar presos políticos, além de marcar posição e assustar a ditadura. Marcelo Ridenti (1993) afirma que Vera, assim como muitas das mulheres militantes, fazia levantamentos com o papel de mulher que a sociedade lhe atribuía, ou seja, utilizava-o como um disfarce para colher informações. Vera conta:

[...] em todas as ações eu tive um papel bem feminino [...] Eu fui fazer o levantamento do sequestro do Americano, sozinha. Fui de minissaia, vestida de empregada doméstica, conquistei o chefe de segurança do embaixador, ele me achou engraçadinha, me deu todas as informações. [...] Eu fiz o levantamento. Num dia obtive todas as informações. [...] Era uma função muito feminina (Magalhães, 1986, p. 12).

A presença de empregadas domésticas vestidas com uniformes específicos era bastante recorrente nas ruas do Rio de Janeiro. A roupa normalmente era composta de uma saia, ou vestido, e um avental. É interessante notar que, nessa situação, Vera faz questão de ressaltar o uso da minissaia, também como um instrumento de disfarce. Além do que, uma empregada doméstica não parecia oferecer perigo para o chefe da segurança, que chegou a lhe confidenciar informações e falou sobre “terroristas”, sem desconfiar que Vera pudesse ser “uma delas”. Aqui o uso de “estereótipos femininos” funcionou muito bem em favor da luta armada.

Leda Gitahy, que foi militante do movimento estudantil, conta que fez uso do gênero para escapar de uma repressão mais intensa por parte dos militares: “Essas coisas de gênero, eu usei muito, usei o gênero como se espera que ele seja, usei a imunidade de gênero, usei a mulher frágil, era frágil, mas era corajosa, fiz muito o estereótipo da mulher ideal. Foi isso que me salvou” (Joffily, 2005, p. 119).

Considerações finais

Cristina Scheibe Wolff afirma que “na resistência as mulheres obtiveram certo protagonismo, pois muitas vezes eram elas que faziam estas tarefas e conseguiam passar despercebidas pela repressão” (Wolff, 2015, p. 584), tal qual Vera, no episódio acima relatado. As militantes instrumentalizaram o gênero a favor de suas lutas. Assim, aqui compreendemos o gênero como uma construção cultural, como um efeito de uma performatividade sutil e politicamente imposta (Butler, 2015).

Gênero (e o uso dele) é poder (Scott, 1995), não sendo algo que somos, mas sim algo que fazemos: uma sequência de atos, que, entretanto, não são totalmente livres. Eles estão dentro de um “quadro regulatório altamente rígido”, que se cristaliza ao longo do tempo, dentro das condições de possibilidade de um discurso (Butler, 2015). Isto significa que não há identidade de gênero que preceda o discurso. Ou seja, não é que uma identidade ‘faça’ a linguagem ou o discurso, mas sim o contrário: a linguagem e o discurso é que ‘fazem’ o gênero. É nesse sentido que a identidade de gênero é performativa (Salih, 2012). Essa performatividade se dá dentro dos limites impostos pelos discursos e regulamentos sociais (Foucault, 1998). O regulamento se interessa pelo que há de mais sutil no comportamento ou na conduta: distingue, individualiza, diferencia, hierarquiza. E, assim, impõe hábitos, gestos e atitudes, por meios dos quais normaliza e moraliza ao mesmo tempo.

O *Correio do Povo*, como vimos, divulga um discurso “moral” sobre a presença destas militantes, assim como os espaços que as mulheres deveriam ocupar. Às vezes de forma explícita, outras nas entrelinhas, o jornal indica tipos de comportamento adequados ou não para as mulheres. Ao apontar que “até uma mulher” estava participando de assaltos, fica evidente que este não era o lugar social que mulheres deveriam ocupar. Assim como, quando relega ao caderno intitulado “Feminina” apenas assuntos referentes à moda e beleza, impõe que estas são as questões supostamente destinadas às mulheres. O *Correio*, portanto, regulamenta, moraliza, instrui e constrói a partir de suas reportagens as normas de gênero. Butler (2015) afirma que são as normas de gênero que disciplinam e moldam o corpo dos sujeitos ao determinar o que pertence ao feminino ou ao masculino.

Ao fazerem uso deste discurso que gira em torno da “mulher feminina”, essas militantes estão se apropriando deste significado para subvertê-lo. Usam a minissaia, a calça jeans, a peruca loira e a ideia da mulher como inofensiva em prol da luta revolucionária. É o que lembra Saba Mahmood, ao pensar a noção de agência “não como um sinônimo de resistência em

relações de dominação, mas sim como uma capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (Mahmood, 2006, p. 123). E completa:

o que aparece, de um ponto de vista progressista, como um caso de passividade insultante e docilidade, pode ser efetivamente uma forma de agência. [...] Nesse sentido, a capacidade de agência pode ser encontrada não só em actos de resistência às normas, como também nas múltiplas formas em que essas normas são incorporadas (Mahmood, 2006, p. 131).

Agência é também um conceito importante para Butler, como nos recorda Salih Sara, “uma vez que significa a possibilidade de subverter a lei para fazê-la se voltar contra si mesma visando fins políticos e radicais” (Salih, 2012, p. 89). Essas mulheres, portanto, resistiram à ordem dominante masculina, mais fortemente marcadas em regimes ditatoriais, fazendo uso do discurso que esta ordem impunha em prol de seus próprios interesses.

As décadas de 1960 e 1970 foram, desta forma, décadas de intensas lutas para as mulheres, que buscavam seu espaço, rompendo com a restrição ao espaço privado, e passaram a ocupar as universidades e as organizações políticas em maior número. Nestes anos, o discurso em torno da “mulher loira”, repleta de sensualidade, rondava um Brasil majoritariamente negro e mestiço. E, como foi possível ver nas reportagens do jornal *Correio do Povo*, essas militantes souberam fazer uso disso em prol de suas agendas. Souberam, e muito bem, fazer uso da norma para resistir a ela, exercendo e fazendo parte desta rede de poder.

As militantes, aqui figuradas na “loura dos assaltos”, estiveram muito presentes na imprensa brasileira. Causaram espantos e incômodos, agitaram as regras e a moralidade, mas também ocuparam um lugar de protagonismo, dentro e fora do jornal, talvez nunca tão intensamente ocupado pelas mulheres. Transgrediram e ganharam espaço dentro das organizações e das reportagens. A “loura dos assaltos”, com seu indispensável 38, expropriou tudo a que se dava direito e “abusou” da ousadia, carregou armas, utilizou-se de sua juventude. Ateveu-se na moda e conseguiu conquistar seu espaço, enquanto os jornais relatavam suas ações, sempre preocupados em percorrer e discorrer sobre seus corpos e atitudes.

Mas essas mulheres também pagaram um preço alto demais por suas transgressões. Foram desmoralizadas, presas, torturadas, exiladas. Várias delas foram mortas e tantas outras ainda estão desaparecidas. Tiveram suas vidas invadidas, desviadas e dilaceradas (Joffily, 2005). É preciso lembrá-las. É preciso que guardemos essas memórias de luta e resistência, sempre vivas.

Referências

- BOURDIEU, P. 2019. *A dominação masculina*. 15ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 208 p.
- BRIGGMANN, L. D. 2019. *Mulheres que foram à luta contra a ditadura nas páginas do jornal Correio do Povo (1968 - 1975)*. 2019. Florianópolis, SC. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 184 p.
- BRIGGMANN, L. D.; WOLFF, C. S. 2019. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: C. S. WOLFF; J. ZANDONÁ; S. C. MELO (org.), *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)*. Curitiba, Appris. v. 1, p. 304-323. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201257>. Acesso em: 08/08/2020.
- BRISTOT, L. S. 2017. Jovens rebeldes: gênero e juventude na Ação Libertadora Nacional e no Movimento de Libertación Nacional-Tupamaros (1966-1973). In: C. L. CRESCÊNCIO; J. G. S. SILVA; L. S. BRISTOT (org.), *Histórias de gênero*. São Paulo, Verona, p. 298-317.
- BUTLER, J. 2015. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 287 p.
- CAPDEVILA, L. 2007. O gênero da nação nas gravuras da imprensa de guerra paraguaia: Cabichuí e El Centinela, 1867-1868. *Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte*, 9(14), 9-21.
- CAPELATO, M. H. R. 1988. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo, Contexto, 78 p.
- CARLI, A. M. S. C. s/d. O corpo erótico: variações do feminino no cinema. p. 1-9. Disponível em: http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202007/6_17.pdf. Acesso em: 09/04/2020.
- CARVALHO, L. M. 1998. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo, Globo, 484 p.
- CHAHINE, N.; LANNELONGUE, M.; MOHRT, F. 2000. As décadas. In: D. S. FAUX (org.), *Beleza do século*. São Paulo, Cosac & Naify, p. 79-223.
- COLLING, A. 2004. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*, UFPEL, v. 10, s/p.
- DANIEL, H. 1982. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro, CODECRI, 244 p.
- DILLENBURG, S. R. 1997. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo, Ediupf, 158 p.
- DORNELLES, L. V. 2002. *Meninas no papel*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 175 p.
- DUARTE, A. R. F. 2009. *Memórias em disputa e jogos de gênero: o movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 231 p.
- FICO, C. 2001. *Como eles agiam: Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record, 269 p.
- FISCHER, R. M. B. 1996. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 297 p.
- FISCHER, R. M. B. 2012. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte, Autêntica, 167 p.
- FOUCAULT, M. 1997. *A arqueologia do saber*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 239 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3ª ed. São

- Paulo, Edições Loyola, 79 p.
- FOUCAULT, M. 1998. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 17ª ed. Petrópolis, Vozes, 288 p.
- FRIEDERICH, M. 2015. *Quanto mais quente melhor: corpos femininos nas telas do cinema*. Porto Alegre, RS. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 207 p.
- GALVANI, W. 1994. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 568 p.
- JAZDZEWSKI, C. 2000. As revistas. In: D. S. FAUX (org.), *Beleza do século*. São Paulo, Cosac & Naify, p. 305-323.
- JOFFILY, O. R. 2005. *Esperança equilibrada: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 167 p.
- LAVER, J. 2008. *A roupa e a moda: uma história concisa*. 10ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 285 p.
- LOURO, G. L. 1987. *Prendas e anti-prendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, UFRGS, 104 p.
- LUCA, T. R. 2005. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: C. B. PINSKY (org.), *Fontes Históricas*. São Paulo, Contexto, p. 111-153.
- LYSARDO-DIAS, D. 2006. O discurso do estereótipo na mídia. In: W. EMEDIATO; I. L. MACHADO; W. A. MENEZES (org.), *Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade*. Belo Horizonte, NAD/UFGM, p. 25-35.
- MACHADO, J. A. P. 1987. *Breno Caldas: meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre, L&PM Editores, 160 p.
- MACHADO, V. 2006. A saúde da mulher e a virilidade masculina: imagens de corpo e gênero em anúncios de medicamentos - Florianópolis (1900-1930). *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, 7:1-14. DOI: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.4013>
- MAGALHÃES, V. S. 1986. *Entrevista com Vera Silvia Magalhães, concedida a Marcelo Siqueira Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho*. Rio de Janeiro, 22 p.
- MAGALHÃES, V. S. 2004. *Depoimento - Vera Silvia Magalhães. Arquivo TV Câmara*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/131294>. Acesso em: 18/03/2020.
- MAHMOOD, S. 2006. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, 10(1):121-158. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.6431>
- MORIN, E. 1989. *As estrelas: mito e sedução no cinema*. Rio de Janeiro, José Olympio, 162 p.
- MOTTA, R. 2002. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 334 p.
- NOVAES, J. 2006. *O intolerável peso da feitura: sobre as mulheres e seus corpos*. Rio de Janeiro, PUC-Rio; Garamond, 270 p.
- QUADROS, V. 2013. *Mulheres integraram 'grupo de fogo' da luta armada durante a ditadura militar*. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-04-01/mulheres-integraram-grupo-de-fogo-da-luta-armada-durante-a-ditadura-militar.html>. Acesso em: 20/06/2018.
- RAMMINGER, I. M. S. 2010. Na guerra com batom. In: E. S. PADRÓS; V. M. BARBOSA; V. A. LOPEZ; A. S. FERNANDES (org.), *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. Porto Alegre, Corag, vol. 2, p. 135-158.
- RIBEIRO, M. C. B. 2011. *Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN*. São Paulo, SP, Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 417 p.
- RIDENTI, M. 1990. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Social*, 2(2):113-128. DOI: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84806>
- RIDENTI, M. 1993. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, UNESP, 284 p.
- SALIH, S. 2012. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte, Autêntica, 235 p.
- SANT'ANNA, D. B. 2014. *História da beleza no Brasil*. São Paulo, Contexto, 208 p.
- SCOTT, J. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2):71-99.
- STREY, M. N. 2000. Mulheres e moda: a feminilidade comunicada através das roupas. *Revista FAMECOS*, (13):148-154. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2000.13.3090>
- WIKIPÉDIA, 2020. Iara Iavelberg. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Iara_Iavelberg&oldid=57331472. Acesso em: 02/02/2020.
- WOLFF, C. S. 2007. Jogos de gênero na luta da esquerda armada no Brasil: 1968-1974. In: C. S. WOLFF; M. FÁVERI; T. R. O. RAMOS (org.), *Leituras em rede: gênero e preconceito*. Florianópolis, Ed. Mulheres, p. 95-111.
- WOLFF, C. S. 2010. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: J. M. PEDRO; C. S. WOLFF, *Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis, Ed. Mulheres, p. 138-155.
- WOLFF, C. S. 2015. Resistência. In: A. M. COLLING; L. A. TEDESCHI (org.), *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados, UFGD, p. 582-586.

Reportagens do Jornal *Correio do Povo*:

- CORREIO DO POVO. 1968. Assalto ao estilo "Bonnie and Clyde" em banco paulista. Porto Alegre, 2 ago., p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1969a. Correio do Leitor: O mundo moderno. Porto Alegre, 17 maio, p. 4.
- CORREIO DO POVO. 1969b. Ex-miss universitária envolvida na fuga de presos políticos na Guanabara. Porto Alegre, 30 maio, p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1969c. Justiça da Guanabara contra mulheres de calças compridas. Porto Alegre, 16 out., p. 19.
- CORREIO DO POVO. 1969d. Louira dos assaltos seria universitária subversiva. Porto Alegre, 16 maio, p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1969e. Mulheres também assaltam de "Volks". Porto Alegre, 19 set., p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1969f. Que será a Glamour-Girl deste ano?. Porto Alegre, 25 maio, p. 32.
- CORREIO DO POVO. 1969g. Roubo de explosivos comprova acerto da edição do AI N. 5. Porto Alegre, 3 jan., p. 8.
- CORREIO DO POVO. 1969h. Seqüestradores que levaram avião da Varig a Cuba são brasileiros. Porto Alegre, 6 nov., p. 1.
- CORREIO DO POVO. 1969i. Terroristas assaltaram Instituto Felix Pacheco. Porto Alegre, 20 nov., p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1969j. Uma louira e cinco homens assaltam banco paulista. Porto Alegre, 1 ago., p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1970a. Aeronautica impede à força roubo de Caravelle. Porto Alegre, 2 jul., p. 5.
- CORREIO DO POVO. 1970b. Assalto a banco paralisou comércio num bairro do Rio. Porto Alegre, 21 nov., p. 5.

CORREIO DO POVO. 1970c. Assaltado na Guanabara “Depósito da Coca-Cola”. Porto Alegre, 1 nov., p. 44.
CORREIO DO POVO. 1970d. Mini-saia dá palmatória e demissão de delegado. Porto Alegre, 4 jul., p. 5.
CORREIO DO POVO. 1970f. Mulher e 4 homens assaltaram Banco do Brasil em Viamão. Porto Alegre, 19 mar., p. 5.
CORREIO DO POVO. 1970g. Terroristas matam soldado e motorista de taxi em São Paulo. Porto Alegre, 11 nov., p. 1.
CORREIO DO POVO, 1971a. Assaltada em S. Paulo a tesouraria da PUC. Porto Alegre, 16 fev., p. 5.
CORREIO DO POVO. 1971b. Carlos Lamarca Vivia na Caatinga Fugindo ao Cêrco Policial-Militar. Porto Alegre, 21 set., p. 10.
CORREIO DO POVO. 1971c. Encerra-se um capítulo da Subversão:

Lamarca sepultado domingo na Bahia. Porto Alegre, 21 set., p. 1.
CORREIO DO POVO. 1971d. Grupo armado assalta posto da Delegacia Regional do Trabalho. Porto Alegre, 6 mar., p. 5.
CORREIO DO POVO. 1971e. Subversivo abandona o terrorismo e alerta a mocidade rio-grandense. Porto Alegre, 26 maio, p. 23.
CORREIO DO POVO. 1971f. Lamarca morto no interior da Bahia. Porto Alegre, 19 set., p. 1.
CORREIO DO POVO. 1971g. Pesquisa militar revela que 56% dos terroristas são estudantes. Porto Alegre, 12 nov., p. 8.
CORREIO DO POVO. 1974. Século 20. Porto Alegre, 5 mar., p. 9.

Submissão em: 01/06/2020

Aceito em: 05/08/2020